

# CFESS Manifesta

Dia Nacional da Consciência Negra

Brasília, 20 de novembro de 2013  
Gestão Tempo de Luta e Resistência



A VIOLENCIA TEM  
CLASSE E COAR!

*“Tanto tempo que a gente está aqui  
No Brasil  
Tanto tempo que a gente está assim  
No Brasil  
Tanto tempo que a gente está aqui  
No Brasil  
Tanto tempo que a gente está assim  
Sem ter educação  
Sem ter oportunidade  
Sem ter habitação  
Sem ser membro da sociedade  
Somos alvo da incoerência  
Vítimas da prepotência  
Dos racistas, dos racistas, dos racistas  
Quero meu direito de crescer na vida  
Quero sim [...]”*

Meus Direitos – Edson Gomes

O dia 20 de novembro foi escolhido para homenagear Zumbi, herói da resistência negra para o fim da escravidão no Brasil, pois foi neste dia que, no ano de 1695, morreu o líder do Quilombo dos Palmares.

Fruto de uma intensa articulação do Movimento Negro Brasileiro, a data de 20 de novembro é uma referência à reflexão sobre o papel dos negros e das negras para a construção do país. Entretanto, ainda não é um feriado nacional. A adesão ao feriado ou a instituição de ponto facultativo é uma decisão de cada estado ou município. Atualmente, mais de 1000 municípios já decretaram feriado no Dia Nacional da Consciência Negra.

A data é um marco da luta e resistência do povo negro do Brasil, bem como as ações governamentais; entretanto, não é suficiente para se contrapor às desigualdades econômicas e sociais, ao racismo, à homofobia e a todas as formas de preconceito enraizadas secularmente na sociedade brasileira.

A herança escravocrata deixou profundas marcas na sociedade brasileira. Para entendê-las, é preciso não esquecer os navios negreiros e os objetos de tortura. Milhões de negros e negras, que vieram de diferentes partes do continente africano, foram trazidos/as para cá e vistos/as como mercadorias, tratados/as como coisas que tinham um/a proprietário/a: são alugados/as, vendidos/as, comprados/as, entram na contabilidade das fazendas ao lado das cabeças de gado, das ferramentas e outros bens materiais.

O panorama geral da escravidão no Brasil, recomposto por historiadores e historiadoras, mostra que o regime escravista não foi menos violento do que em outros países. Ao contrário, podemos perceber uma violência cotidiana, multiforme e naturalizada, que nos dá pistas para o entendimento do racismo brasileiro atual.

A esperada cidadania após a abolição não aconteceu e, até hoje, é uma luta constante em uma sociedade em que a desigualdade racial é arraigada e as tentativas de apagar a memória da barbárie contra os/as escravos/as são permanentes, quer pela eliminação de documentos, quer pela disseminação do mito da democracia racial.

Mudaram as aparências, mas a essência das relações sociais não mudou ao longo dos tempos. A atitude do Estado para a reparação da população negra é omissa: a miséria material, a discriminação e a humilhação vividas pelos/as afrodescendentes são presentes até os dias atuais e acabam sendo reduzidas à culpa deles/as mesmos/as, por meio de uma manobra ideológica que transforma o que é da esfera das relações de poder em algo natural.

Apesar do discurso que nega ou ameniza a presença do preconceito e da discriminação racial no país, as manifestações de racismo estão presentes no cotidiano da sociedade brasileira. Ora ele é escancarado, como nos massacres frequentes; ora é silencioso, como as vidas silenciadas pelo extermínio policial que põe constantemente os negros e as negras sob suspeita, além de serem discriminados/as em outras esferas da vida social, como no acesso à justiça, ao mercado de trabalho, à educação, à saúde, dentre outras. Criando-se a justiça de brancos/as e de negros/as, as escolas de brancos/as e de negros/as em um 'apartheid' constante e velado.

Os negros e as negras são tratados/as com mais severidade, desde a instância policial até o tribunal, como se fossem responsáveis pela criminalidade e a 'perturbação da ordem social'. O povo negro é vítima de todo um processo histórico de exclusão e opressão social.

Atualmente, a mídia burguesa tem invadido as casas da população brasileira com uma onda de violência, imputando às pessoas negras violência, tráfico de drogas, o que vem reforçar a criminalização da pobreza no país.

Ao contrário, no Brasil, a violência está profundamente ligada a questões como: desigualdade social, exclusão social, impunidade, falhas na

AS POPULAÇÕES NEGRAS ESTÃO, NA SUA GRANDE MAIORIA, EM BAIROS POPULARES E VIVENDO EM SITUAÇÃO DE RUA, SENDO ALVO CONSTANTE DE AGRESSÕES POLICIAIS, CONSTATANDO-SE QUE A VIOLÊNCIA É INTENSIFICADA JUNTO À POPULAÇÃO POBRE E NEGRA. A VIOLÊNCIA NÃO SE RESUME AOS HOMICÍDIOS E A OUTRAS FORMAS DE AGRESSÕES FÍSICAS, MAS SE EXPANDE A QUESTÕES ESTRUTURAIS DA SOCIEDADE.

educação familiar e/ou escolar, principalmente no que diz respeito à chamada educação em valores ou comportamento ético, certos processos culturais exacerbados em nossa sociedade, como individualismo e consumismo, dentre outros.

Associada a estas questões, a grande mídia cobre os crimes cometidos por adolescentes como se estivessem, falsamente, entre os mais frequentes, quando o que ocorre é justamente o inverso. Tais afirmações reforçam a ideia da redução da maioridade penal, como se esta fosse uma das maiores alternativas para a redução da violência. Os debates estão sendo feitos quase sempre em cima dos efeitos da violência, não de suas causas, desviando o foco das reais origens do problema. A redução da maioridade penal vai atingir, em especial, a juventude negra.

O que se pode afirmar é que existe a disseminação de racismo no âmbito da discussão sobre diminuição da maioridade penal. Lamentável tratar a infância e a juventude pobre e negra como um problema social e de polícia, ao invés de pensá-las como um segmento que demanda direitos específicos, pela necessidade de uma política de Estado diferenciada. A ação de criminalizar a juventude negra, ao tempo em que inverte a posição de vítimas para culpadas, mascara a responsabilidade do Estado brasileiro em investir e promover políticas concretas para esta população, o que significa promover uma vida livre de racismo, de violência e de criminalidade – pelo exercício pleno de sua cidadania.

A VIOLÊNCIA TEM ENDEREÇO E COR!

Segundo dados do Mapa da Violência no Brasil de 2012 (BRASIL, 2012), o número

de homicídios brancos caiu de 18.867 em 2002 para 14.047 em 2010, o que representa uma queda de 25,5% nesses oito anos. Já os homicídios negros tiveram um forte incremento: passaram de 26.952 para 34.983: aumento de 29,8%. Destacam-se pelos expressivos aumentos de vítimas negras: Pará, Bahia, Paraíba e Rio Grande do Norte, trazendo números alarmantes de homicídios de jovens negros/as.

Ainda de acordo com o Mapa da Violência 2012, os homicídios contra jovens negros/as têm apresentado dados chocantes. A violação de direitos é acentuada com os/as jovens negros/as, mas também envolvendo mulheres e homens adultos/as negros/as.

As populações negras estão, na sua grande maioria, em bairros populares e vivendo em situação de rua, sendo alvo constante de agressões policiais, constatando-se que a violência é intensificada junto à população pobre e negra. A violência não se resume aos homicídios e a outras formas de agressões físicas, mas se expande a questões estruturais da sociedade.

A construção de estratégias coletivas de luta deve ser um produto da organização política de toda a população na defesa dos direitos violados historicamente de negras e de negros. Nossa responsabilidade histórica é responder aos desafios que estão colocados, através de organizações políticas que representem os anseios do povo negro desse país. Este é um desafio político fundamental para a militância negra e de todos os movimentos sociais que lutam pela emancipação humana. O serviço social está nessa luta!



CFESS  
CONSELHO FEDERAL  
DE SERVIÇO SOCIAL

SCS Quadra 2, Bloco C,  
Edf. Serra Dourada,  
Salas 312-318  
CEP: 70300-902  
Brasília - DF  
Fone: (61) 3223.1652  
Fax: (61) 3223.2420  
cfess@cfess.org.br

## Gestão Tempo de Luta e Resistência (2011-2014)

**PRESIDENTE** Sâmia Rodrigues Ramos (RN)

**VICE-PRESIDENTE** Marinete Cordeiro Moreira (RJ)

**1ª SEC.** Raimunda Nonata Carlos Ferreira (DF)

**2ª SECRETÁRIA** Esther Luíza de Souza Lemos (PR)

**1ª TESOUREIRA** Juliana Iglesias Melim (ES)

**2ª TESOUREIRA** Maria Elisa Dos Santos Braga (SP)

**CONSELHO FISCAL**

Kátia Regina Madeira (SC)

Marylucia Mesquita (CE)

Rosa Lúcia Prêdes Trindade (AL)

**SUPLENTES**

Heleni Duarte Dantas de Ávila (BA)

Maurílio Castro de Matos (RJ)

Marlene Merisse (SP)

Alessandra Ribeiro de Souza (MG)

Alcinélia Moreira De Sousa (AC)

Ervã Garcia Velasco - Tuca (MT)

Marcelo Sitcovsky Santos Pereira (PB)

**CFESS MANIFESTA**

**Dia Nacional da Consciência Negra**  
**Conteúdo (aprovado pela diretoria):**

Heleni Duarte Dantas de Ávila

**Assessoria de comunicação:**

Diogo Adjuto - JP/DF 7823

Rafael Werkema - JP/MG 11732

**Revisão:** Diogo Adjuto

**Ilustrações e diagramação:** Rafael Werkema